

Professores homens na Educação Infantil: um estudo sobre a presença masculina nas escolas do município de Santo André

Raquel Alves Martusewicz¹

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1862-6365>

Gustavo Trujillo Mendes²

Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-3123-1936>

Virgínia Laís de Souza³

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5930-4373>

Resumo

A Educação Infantil é fortemente marcada pela distinção de gênero, concentrando as professoras mulheres em funções como educar e cuidar, ações diretamente realizadas com as crianças, enquanto os professores homens assumem atividades administrativas ou são professores especialistas. Assim, este artigo busca discutir as consequências da manutenção desse padrão a partir da realidade da cidade de Santo André/SP. A pesquisa contou com entrevistas de cinco pedagogos atuantes na Educação Infantil do município e teve como principal objetivo identificar os dificultadores para o trabalho com as crianças pequenas. Como conclusão, podemos citar que o senso comum insiste em relacionar a figura do professor homem a um abusador em potencial, o que inibe as contratações desses profissionais ou, uma vez atuando em sala de aula, tenta delimitar suas tarefas ao que, supostamente, seria adequado ao gênero masculino. Para embasar o estudo utilizamos autoras como Guacira Lopes Louro, Jane Felipe e Lea Tiriba.

Palavras-chave: educação infantil; professores homens; relações de gênero.

Abstract

Early childhood education is strongly marked by gender distinction, with female teachers concentrating on roles such as educating and caring for children, while male teachers take on administrative activities or are specialist teachers. Thus, this article discusses the consequences of maintaining this standard based on the reality of the city of Santo André/SP. The research included interviews with six pedagogues working in early childhood education in the city, and its main objective was to identify the obstacles to working with young children. In conclusion, we can say that common sense insists on associating the figure of the male teacher with a potential abuser, which inhibits the hiring of these professionals or, once working in the classroom, attempts to limit their tasks to what would supposedly be appropriate for the male gender. To support the study, we used authors such as Guacira Lopes Louro, Jane Felipe and Lea Tiriba.

Keywords: early childhood education; male teachers; gender relations.

Citação: MARTUSEWICZ, Raquel Alves; MENDES, Gustavo Trujillo; SOUZA, Virgínia Laís de. Professores homens na Educação Infantil: um estudo sobre a presença masculina nas escolas do município de Santo André. *Revista Estudos Aplicados em Educação*, v. 9, e20249651, 2024. DOI <https://doi.org/10.13037/reae.vol9.e20249651>

¹ Graduada em Pedagogia pela Estácio Santo André. São Paulo – Brasil. E-mail: raquelalvesrodrigues1602@gmail.com

² Graduado em Pedagogia pela Estácio Santo André. São Paulo – Brasil. E-mail: gustavotrujillomendes29@gmail.com

³ Mestre e Doutora em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e graduada em Pedagogia pela Universidade de São Paulo (USP). Docente na Estácio Santo André. São Paulo – Brasil. E-mail: virginia_lais@yahoo.com.br



1 Introdução

O presente artigo é resultado de um projeto de Iniciação Científica e esteve centrado em refletir sobre a escassez de professores homens⁴ em escolas de Educação Infantil na cidade de Santo André/SP. Sabe-se que é frequente a desproporção entre os gêneros feminino e masculino no trabalho com crianças pequenas, sendo a educação de crianças pequenas vista como uma função feminina e que pouco conta com a atuação de homens. Isso não significa que eles inexistam no ambiente escolar, porém muitas vezes fazem parte do quadro administrativo ou são professores especialistas (de teatro, música, educação física), raramente sendo o pedagogo responsável pela turma.

Neste projeto de Iniciação Científica tínhamos como metas mapear as escolas de Educação Infantil de Santo André, quantificar os pedagogos homens e mulheres atuando nesta etapa educacional e, por fim, realizar entrevistas com professores do sexo masculino em atuação. Fizemos todos os trâmites necessários e o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa recebendo o número 33596320.0.0000.5581.

Iniciamos o estudo com o Projeto de Lei n. 1.174/2019, assinado por Janaina Paschoal, Leticia Aguiar e Valeria Bolsonaro, que visava proibir os professores homens a manterem contato íntimo com crianças, como realizar troca de fraldas e dar banhos. Segundo a deputada Janaina Paschoal (2019) o objetivo do projeto era dar segurança para as famílias, já que muitas mulheres estavam pensando em deixar seus empregos para não entregar seus filhos pequenos aos cuidados de homens.

Assim, considerando a realidade desigual entre os profissionais da Educação Infantil e o Projeto de Lei que vinha sendo discutido, iniciamos a pesquisa a partir do estudo bibliográfico e, posteriormente, realizamos entrevistas com profissionais de escolas públicas do município.

2 Homens na Educação Infantil

Antes de iniciarmos a discussão sobre o professor homem na Educação, é importante explicar o conceito de gênero indicando as tensões trazidas por esta temática. Para Joan Scott (1995, p. 19), “O termo gênero faz parte das tentativas levadas pelas feministas contemporâneas para reivindicar certo campo de definição, para insistir sobre o caráter inadequado das teorias existentes em explicar desigualdades persistentes entre mulheres e homens”. Scott afirma que o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais e que configura relações de poder a partir dos sexos masculino e feminino. Dessa forma, cabe atenção ao analisar determinadas situações, pois são construções históricas e sociais que têm consequências.

As diferenciações de gênero são construídas desde muito cedo no ambiente escolar. Em suas pesquisas, Marília Pinto de Carvalho (2004) expõe a existência da segregação nas salas de aula. Isso pode ser visto em relação à raça e etnia, mas também em relação ao gênero. Entre as professoras observadas por Carvalho houve a repetição de relatos de que os meninos apresentavam uma performance pior, assim como menor interesse nas atividades pedagógicas quando comparados às meninas. Assim, pode-se visualizar uma grande diferença no desempenho de meninos e meninas, ao menos no que diz respeito ao modo como os adultos interpretam a desenvoltura de seus/suas alunos/as.

⁴ O texto utiliza termos como “professores homens” nos momentos em que é imprescindível a explicitação do gênero. Porém, em alguns trechos, opta-se por falar de maneira mais genérica sobre as pessoas atuando na Educação e, assim, pode aparecer o gênero apenas no masculino.



Em nossa pesquisa de campo (que será apresentada na próxima seção) foi possível recolher relatos de homens sobre o quanto percebem a distinção que a escola - ou a universidade - faz entre meninos e meninas. Alguns comentam sobre a própria escolarização marcada por expectativas que definiam posturas ou comportamentos considerados masculinos ou femininos. Há, ainda, relatos sobre o estudo de nível superior na graduação em Pedagogia e que, em diversas ocasiões, era motivo para questionamento por parte de familiares - que entendiam o magistério desempenhado por professoras mulheres, segundo os entrevistados.

No Censo da Educação Superior de 2022⁵, divulgado pelo INEP e MEC, temos 821.864 matrículas no curso de Pedagogia, o que torna esta graduação a mais procurada em nosso país. Para os cursos em modalidade à distância (EaD) ele lidera a lista com 650.164 matriculadas e para o curso presencial são 171.700 novas matrículas (aparecendo em sexto lugar entre os cursos de maior procura). Os números ajudam a dimensionar a importância da Pedagogia em nosso país e o quanto essa graduação tem de alcance - impactando a vida de milhares de crianças posteriormente. Sobre um Censo anterior (2017) temos que 660.917 mulheres estavam matriculadas no curso de Pedagogia e apenas 53.428 homens.

Ao concluírem a graduação, as mulheres conseguem espaço para trabalhar na área da educação, embora o nível hierárquico seja muito distinto do ocupado por homens. São maioria na Educação Infantil, fase em que há uma forte associação com a maternidade e, conseqüentemente, com a feminilidade. Os homens são presença constante no Ensino Superior ou em cargos administrativos da Educação Básica. Não raro vemos um diretor homem em uma escola em que todas as professoras são mulheres. A feminização do trabalho de cuidado não é exclusividade das professoras da Educação Infantil e aparece em funções como a de enfermeiras e babás. Embora a discussão sobre gênero e atuação profissional esteja mais presente hoje, ainda é frequente encontrarmos práticas que reforçam estereótipos sobre ações entendidas como masculinas ou femininas.

Essa cultura que distingue competências pelo gênero acaba reforçando narrativas – como a da mulher enquanto esposa e mãe e do homem como provedor. É importante retomar esse histórico e os imaginários mais frequentes porque sabemos que há consequências: uma delas é a limitação de atividades a serem desenvolvidas por homens e por mulheres e que estão sendo observadas pelos/as alunos/as no ambiente escolar. Outra, é a exclusão ou diminuição da relevância da figura masculina na vida da criança. Elas crescem com poucas referências de professores homens, com uma imagem do sexo masculino atuando como gestor do espaço, mas não como aquele que cuida diretamente delas.

Ainda pensando nesse desequilíbrio homem-mulher na Educação Infantil é possível identificar outro problema. Tanto no estudo bibliográfico, quanto nos relatos dos entrevistados, percebemos a presença de preconceitos em relação ao homem trabalhando com crianças pequenas. Algumas instituições de ensino negam a contratação ao pedagogo do sexo masculino por receio de conflitos com a própria equipe ou com as famílias. Em alguns casos, as escolas até realizam a contratação, mas escondem das famílias o fato de que o professor homem tem contato direto com a criança (Bello, et. al., 2020). Essa conduta não ajuda para que os pais e responsáveis consigam enxergar o profissional além da divisão entre masculino ou feminino.

Cabe, também, desmistificar a dicotomia entre ações como educar e cuidar (Azevedo, 2013; Bufalo, 1997; Barbosa & Horn, 2001) superada no discurso, mas que leva, por exemplo, as auxiliares de sala a permanecerem em tarefas supostamente não pedagógicas, de cuidados com alimentação e higiene das crianças pequenas, enquanto às professoras cabe a função

⁵ Disponível em

https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2022/apresentacao_censo_da_educacao_superior_2022.pdf Acesso em 02 abr. 2024.

Revista Estudos Aplicados em Educação | v. 9 | e20249651 | jan.-dec. | 2024. <https://doi.org/10.13037/reae.vol9.e20249651>



educativa (Tiriba, 2005). É importante considerar que as brincadeiras, refeições, cuidados com a higiene fazem parte do aprendizado da criança pequena. Assim, o cuidado deveria ser entendido como indissociável do processo educativo. Trazemos essa discussão sobre educar e cuidar porque também parece um indicativo sobre aquilo que caberia à profissional mulher ou ao homem. Uma vez proibido o professor homem de realizar a troca de fraldas, mas permitindo seu trabalho como especialista, entendemos que há, ainda, o entendimento do cuidado como distanciado do ato educacional.

Guacira Lopes Louro (1997) aponta como estes assuntos são trabalhados de maneira equivocada no ambiente escolar (ou não são tratados e o apagamento de determinados temas da sala de aula pode trazer prejuízos). Um exemplo recorrente nas escolas é o de meninos ridicularizados quando se interessam por atividades taxadas como femininas: não podem vestir a cor rosa, ter cabelo comprido, querer ter ou brincar de bonecas, dançar. Seriam vistos como delicados e fora do padrão – não como crianças brincando.

É importante perceber o quanto estamos deixando de oferecer às crianças. No caso dos meninos da Educação Infantil não existem referências masculinas ou a possibilidade de brincar da maneira e com o objeto de seu real interesse (sendo impedidos pelos outros colegas ou mesmo pelos adultos). Além disso, conforme relatado por um dos nossos entrevistados, durante a formação profissional o curso de Pedagogia distancia os homens – que não se percebem como parte daquele coletivo de graduandos/as – e eles, muitas vezes, sentirão dificuldade em conseguir estágio ou trabalho em uma escola de Educação Infantil que prioriza a contratação de mulheres.

Tamanho é o preconceito em relação ao homem como profissional da Educação Infantil que tivemos o Projeto de Lei nº 1.174, em 2019, visando proibir professores homens de realizar ações como troca de fraldas ou banhos nas escolas. As autoras foram as deputadas Janaina Paschoal, Leticia Aguiar e Valéria Bolsonaro. Segundo o que consta no Ofício nº 2505 (2019, p. 10), o projeto reconhecia que homens e mulheres podem ser abusadores, mas justificava sua existência por serem os homens, supostamente, os que causam danos mais graves às crianças. Trata-se de um projeto de lei que demonstra um retrocesso na discussão sobre igualdade de gênero, além de se pautar em argumentos preconceituosos.

Fernando Seffner (2016) reforça a urgência da educação em uma busca constante por respeito e igualdade, por reconhecimento do profissional por sua bagagem, seu patamar acadêmico, conhecimentos e experiências - e não por gênero ou orientação afetiva. Para as mulheres espera-se o reconhecimento pela sua capacidade docente e não por “levar jeito com criança por ser mulher”. Isso vai além de uma desconstrução social, mas também deveria aparecer como ação política e econômica.

3 Pesquisa de campo

Ao investigar a distribuição entre educadores/as atuando na Educação Infantil com crianças de até 5 anos, de acordo com o Censo Escolar (2021), temos que 96,3% são do sexo feminino, ou seja, dos 595 mil professores atuando no país apenas 3,7% são homens – o que significa 1 homem para cada 27 mulheres. Ao realizar nossa pesquisa de campo percebemos situação semelhante em relação ao município de Santo André. Temos um número pequeno de homens nas escolas de Educação Infantil e esses conseguiram a inserção profissional por meio de concurso público.

Analisando notícias da região encontramos uma reportagem do jornal Diário do Grande ABC apresentando dados sobre as escolas e seus profissionais. Segundo a matéria, desde 2013 há a escassez de docentes homens não só em Santo André, mas em cidades vizinhas: menos de



1% dos professores que atuavam na Educação Infantil com crianças de zero a cinco anos, na rede municipal de ensino do Grande ABC, eram homens.

Iniciamos a pesquisa de campo explorando os materiais cedidos pela Secretaria Municipal de Educação; entre eles, uma listagem com os contatos de todas as escolas públicas de Educação Infantil de Santo André que contavam com professores homens em sua composição, além de uma autorização para a realização da pesquisa.

No ano de 2020, ao fazer o mapeamento da cidade, chegamos a 37 escolas que contam com professores pedagogos - das 99 instituições de Educação Infantil. Dos 1.835 educadores em atuação, 1.771 eram mulheres e apenas 64, homens (segundo dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação via contato por e-mail). Embora não fosse a ideia inicial desta pesquisa, nossas entrevistas acabaram se concentrando nos professores de escolas públicas (principalmente em razão da disponibilidade com que a Secretaria nos atendeu, divulgando dados e contatos das escolas que faziam parte do escopo da pesquisa).

A etapa seguinte, durante o primeiro semestre de 2021, foi contatar as 37 escolas para solicitar as entrevistas com os professores homens. Houve a percepção de que a listagem da Secretaria estava desatualizada ou mesmo de que alguns profissionais estivessem afastados de seus cargos, já que em várias situações as unidades escolares informavam que não havia nenhum pedagogo disponível para participar de nossa pesquisa. Após o contato com todas as escolas conseguimos, dos 64 possíveis participantes iniciais, 5 professores em efetivo exercício e com interesse em conceder entrevistas.

Fizemos cinco entrevistas com professores pedagogos que atuavam na Educação Infantil de Santo André. Elas foram realizadas pelos dois alunos pesquisadores e em formato remoto, geralmente utilizando ferramentas como o *Zoom Meetings* ou *WhatsApp*. O tempo de cada conversa variava de acordo com o próprio participante, principalmente por se tratar de uma entrevista semiestruturada. O roteiro continha oito questões relacionadas ao início do trabalho docente, a percepção sobre estereótipos ou preconceitos contra o professor homem na Educação Infantil, assim como uma pergunta sobre o conhecimento e/ou entendimento da Lei estudada pela dupla de entrevistadores (Lei n. 1.174/2019).

Por contar este formato, em alguns casos os participantes tinham vontade ou queriam contribuir mais com algum assunto específico, porém também poderiam restringir suas respostas da maneira como julgassem mais conveniente. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, na qual a observação e a análise dos relatos compartilhados foram cruciais para o entendimento do que ocorre aos professores homens que escolhem a Educação Infantil como campo de trabalho. Para garantir o anonimato dos participantes, respeitando o que foi acordado durante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), apresentamos trechos dos relatos nas próximas páginas, mas utilizando os nomes fictícios André, Breno, César, Douglas e Eduardo.

Durante as entrevistas ouvimos que a formação desses professores foi uma etapa de muita dificuldade. Não existe motivação para um homem ingressar na graduação em Pedagogia e a segregação se inicia ali. A porcentagem de homens em relação as mulheres é extremamente baixa e eles são questionados de forma direta sobre os motivos pelos quais resolveram fazer este curso.

Essa desaprovação dos homens no magistério, por ser vista como uma profissão exclusivamente feminina, vai além de uma crença disseminada no senso comum: de que aos homens faltam habilidades para o trabalho com as crianças. Eles ainda são excluídos de suas tarefas como docentes da Educação Infantil por receios de abusos e assédios contra as crianças, sendo vetados de realizar designações pertinentes ao cargo, como cuidados que exigem contato físico com seus alunos e alunas. Na prática, tarefas como a troca de fraldas acabam realizadas por professoras mulheres, por estas não se encaixarem no que socialmente se imagina como um



abusador. Ainda que em termos estatísticos isso já tenha sido desmentido, já que 690 casos de violência sexual contra crianças ocorrem na escola, enquanto 9.362 são na própria residência da criança ou do agressor, segundo o Ministério da Saúde (2018), aos professores homens ainda recaem dúvidas, como se representassem perigo às crianças.

Outro ponto que merece destaque sobre o imaginário social em relação ao professor homem que atua com crianças pequenas é o questionamento de sua orientação sexual e afetiva. Sendo a docência uma profissão supostamente feminina, o homem que decide ser professor é rotulado por apresentar traços que comprometeriam a masculinidade padrão (São Paulo, 2016). Esta é pautada por modelos estabelecidos pela sociedade como inerentes aos homens (como firmeza, seriedade, racionalidade).

Em todas as entrevistas perguntamos se os participantes conheciam o Projeto de Lei n. 1.174/2019. Para o professor André tratava-se de um

[...] avanço do ultraconservadorismo extraído da Escola sem Partido. [...] É um conjunto de ideias que não faz parte de educadores e do cotidiano escolar. Isso faz parte de pessoas que nunca frequentaram uma escola. É um combate à educação sexual. Também, a ‘ideologia de gênero’ é uma palavra que nem existe em nosso vocabulário, então eles a inventaram para dizer que temos que voltar, regredir séculos atrás. Ainda bem que eu trabalhei em creche (pública) e nunca tive nenhum problema.

O professor Douglas comentou: “Primeiramente, dessa lei, em meu ponto de vista, não teria muito a dizer porque são pessoas que nada tinham (relação) com a educação. Pessoas que carregam *ranço* da política do Governo Federal. É deplorável, acho desprezível”. Breno complementa dizendo que “*eles* veem como um problema ter um homem na educação, é mais uma questão estrutural, que o homem lidera e a mulher fica no lugar de só receber ordem. A sociedade machista continua forte, eles querem que continue tudo igual com homem no poder e a mulher obedecendo”.

Ao analisarmos os trechos citados, é possível perceber alguns pontos em comum. Um deles diz respeito à percepção de que o Projeto de Lei representava um retrocesso para a educação. Além disso, relataram que as discussões e impedimentos partem de pessoas que não são especialistas, cidadãos que provavelmente não têm conhecimento sobre o trabalho realizado nas salas de aula e que acabam influenciados por discursos equivocados. O que temos em todos os entrevistados é o quanto o Projeto de Lei pode prejudicar todos/as os/as profissionais da Educação, na medida em que reforça estigmas.

Outro ponto importante levantado por André é o fato de não ter tido problemas quando trabalhou em creche pública. O pedagogo teve sua inserção em instituições por meio de concurso público o que, de certa forma, o protege de questionamentos sobre sua capacidade em exercer seu trabalho. Além disso, faz com que as pessoas ao redor compreendam sua estabilidade no cargo e que de nada resultaria levantar discussões sobre sua presença na escola, uma vez que seu afastamento da função não seria algo fácil.

Um dos nossos entrevistados, o professor Eduardo, relatou seu início profissional na área educacional, comentando sobre o estágio obrigatório de uma disciplina:

Olha só, dentro do estágio eu já senti um preconceito muito grande. Quando eu fui fazer esse estágio supervisionado a coordenadora do curso de Pedagogia pediu para assistir e presenciar as aulas da Educação Infantil de 0 a 4 anos. A diretora da escola me aceitou. Foi difícil conseguir um estágio. Ninguém queria você. Batia lá na porta das creches e ninguém queria aceitar. Eu fiz meu primeiro dia naquela escola e os pais conseguiam assistir as aulas por meio de

câmeras ao vivo. Eu fiquei sabendo depois, no final do estágio, que um pai pediu para que eu me retirasse da sala de aula por ser homem. A diretora falou para mim: Você tem que cumprir seu estágio, mas a gente vai te colocar para decorar a brinquedoteca. Você decora a brinquedoteca e eu assino seu estágio. Só que o estágio era para acompanhar a aula da professora, não para decorar a brinquedoteca. Então, ela me tirou da sala de aula por incômodo de um pai vendo um homem dentro da sala de aula de creche. Ela falou: Eu assino todo seu estágio, se você precisar até de um roteiro de aula eu disponho para você, para você apresentar lá para sua coordenadora. [...] E outra coisa, que eu já senti, não é só o preconceito escancarado por ter homem na Pedagogia. Eu sofri preconceito de professores da graduação no primeiro dia de aula. O professor entrou para dar aula e falou assim para mim (só tinha eu de menino na sala de aula de Pedagogia): aqui não é Engenharia, você está perdido? Então isso me chocou bastante, mexeu tanto comigo que eu tentei mudar de curso na primeira semana de aula da faculdade, mas depois eu falei: se é vocação eu tenho que enfrentar todas as barreiras.

Muito do que nos foi relatado nas entrevistas reitera o que a bibliografia sobre gênero masculino e docência indica: há muito preconceito em relação aos homens que atuam com crianças pequenas, inclusive com aproximações deste profissional a imagens de um possível abusador ou pedófilo (Felipe, 2006). Cabe ressaltar, uma vez que os dados sobre violência no Brasil não demonstram as escolas e os professores como representando o maior risco para as crianças.

Como dito anteriormente, o Ministério da Saúde (2018) aponta uma diferença significativa do número de ocorrências de violência sexual contra crianças de 0 a 9 anos quando analisamos os espaços público e privado (sendo muito mais frequentes os crimes praticados na própria residência da criança). Um dado importante da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (2020) relata que a violência sexual contra crianças é cometida por pai ou padrasto em 40% das denúncias, o que indica uma possível culpabilização do professor em algumas situações em que ele não seria, de fato, a figura que representaria maior perigo. Cabe citar, ainda, que entre 2011 e 2017 houve um registro de 4% de mulheres abusadoras, número que pode parecer pequeno se comparado aos homens, mas que é importante para lembrar que o agressor nem sempre é do sexo masculino (como disseminado no senso comum).

Temos os professores homens rotulados como abusadores em potencial e, por outro lado, a reiteração do estereótipo da mulher como naturalmente capaz do cuidado com crianças (Louro, 2007). Ainda que sejam construções culturais há muito tempo problematizadas sabemos que continuam a reverberar em nossa sociedade e impedem alterações no ambiente escolar.

Repetidas vezes há a afirmação de que as famílias nem sempre aceitam de forma natural a presença do homem como pedagogo e em diversas ocasiões eles precisam esconder o contato que têm com as crianças para evitar problemas (Bello, et. al., 2020). Mesmo a sexualidade dos docentes pode ser questionada (Vasconcelos, et. al., 2020). Sobre isso, o professor César comentou:

Eu já sofri preconceito com a troca de fralda infantil, por exemplo, o pai... vou ser muito sincero para vocês. Eu tive que falar que eu era homossexual para efetuar a troca. Teve um pai, foi muito engraçado, teve um pai que ele não queria... Claro que é triste, mas foi um fato assim: as professoras me 'encobriram' dizendo que eu era homossexual, que eu não era hetero. Aí esse pai aceitou o fato de eu ser homossexual. Achei muito preconceituoso da parte dele. A partir do momento em que ele soube que eu era homossexual, ele aceitou. Então, foi super preconceituoso. Só que a diretora não queria



problema, a escola não queria problema, então as professoras me acobertaram. Eu não tive contato direto com esse pai, para falar a verdade, não sei quem era a pessoa, mas eu fiquei sabendo da reação alguns dias depois do que houve. Eu tive que fingir e se ele perguntasse tinha que falar que era (gay). Tudo bem, mas é ridículo isso.

Para Vasconcelos, Borges e Salomão (2020), a escolha profissional deve ser garantida a todo cidadão. Assim, entende-se que ao homem deveria ser dada a possibilidade de optar por atuar na Educação Infantil sem que se sentisse constrangido ou que outras questões em nada condizentes com seu trabalho fossem trazidas para o debate (PRÓTON, 2019). Durante nossas entrevistas foi recorrente a fala sobre o quanto há questionamentos a respeito da decisão do homem em escolher a carreira do magistério - principalmente com crianças pequenas -, assim como o preconceito que, muitas vezes, aparece entre o próprio corpo docente, a partir de reprovações que partem das educadoras mulheres da mesma escola (Vasconcelos, et. al., 2020). Importante pensar sobre a figura masculina em um ambiente dominado principalmente por mulheres e o quanto pode ser benéfico ter o professor atuando com as crianças pequenas (CAETANO, 2019), pois ele seria uma figura masculina importante.

Quando retomamos o que dispõe a legislação, a partir do artigo 29 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/1996), a finalidade da Educação Infantil é centrada no desenvolvimento integral da criança. Se o objetivo nesta etapa educacional é ampliar o repertório e auxiliar o sujeito para que possa se desenvolver em diversos aspectos (como social e intelectual), não há motivos para restringir os profissionais que poderão atuar baseado em gênero. O que a lei indica é a importância de atendimento profissional, de um educador ou educadora formado/a e capacitado/a para trabalhar com as crianças.

4 Considerações finais

No início deste projeto de Iniciação Científica não tínhamos intenção de focar a pesquisa de campo apenas em escolas públicas. Porém, a partir do contato com a Secretaria Municipal de Educação, conseguimos um panorama sobre a atuação dos profissionais do magistério em Santo André que nos pareceu interessante de ser explorado, principalmente por serem contratações realizadas por meio de concursos, o que garante certa estabilidade e impede demissões ocasionadas por pressões familiares (como pode ocorrer no setor privado).

Finalizamos nosso projeto tendo conseguido relatos incisivos de professores homens que, apesar de vivenciarem muitas dificuldades em seus anos de magistério, seguem empenhados em fazer o melhor possível em sala de aula.

Como resultados da pesquisa é possível afirmar que o desequilíbrio entre professores homens e professoras mulheres é histórico e de difícil dissolução. A partir da bibliografia estudada vemos que a situação não é recente e os homens acabam ocupando posições administrativas ou como especialistas, ou seja, de interação mais pontual com as crianças da Educação Infantil. Os dados (nacionais ou do município) apenas reforçam o que os entrevistados relataram: os homens são minoria em sala de aula e enfrentam muitas dificuldades para garantir espaço em uma profissão considerada feminina.

Os motivos para tal realidade são diversos: a construção cultural que entende as mulheres como “naturalmente” preparadas para o cuidado infantil, com características que incluem paciência e carinho – enquanto os homens carregam estereótipos como de disciplinadores e rígidos; os preconceitos que os estudantes sofrem ao escolher o curso de Pedagogia e que acabam por desestimular seguir essa carreira; sua sexualidade colocada à prova o tempo todo por se aproximarem de uma profissão supostamente feminina. Por fim, o Projeto



de Lei estudado, n. 1.174/2019, representa um perigo ao reforçar os estereótipos do professor homem como um pedófilo em potencial e que não poderia ser responsável pelos cuidados e pela higiene das crianças pequenas.

Isso nos parece particularmente grave por ser o oposto do demonstrado nos dados sobre violência contra crianças, nos quais vemos que não são os profissionais da Educação os responsáveis pelo maior número de abusos. É uma situação delicada, já que o próprio estigma afasta os homens da formação em Pedagogia e sem esses profissionais na escola não existe a possibilidade de reverter essa visão equivocada. É um ciclo de árdua interrupção. A escola ao disfarçar a presença do professor homem para os familiares, dizendo que ele apenas realiza determinadas tarefas ou que está sempre em companhia de professoras mulheres, também reforça a distância entre o professor homem e a criança. No lugar de campanhas de conscientização ou de diálogos abertos com a comunidade escolar, a instituição prefere ocultar o trabalho do professor e este segue sendo vigiado ou sendo motivo de incômodo e desconfiança por parte das famílias.

Referências

AZEVEDO, Heloisa Helena Oliveira de. **Educação Infantil e Formação de Professores:** para além da separação cuidar-educar. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

BARBOSA, Maria Carmem. S.; HORN, Maria da Graça S. Organização do espaço e do tempo na escola infantil. In: CRAIDY, C.; KAERCHER, G. E. **Educação Infantil:** Pra que te quero? Porto Alegre: Artmed, 2001.

BELLO, Alexandre; ZANETTE, Jaime; FELIPE, Jane. O homem-professor na Educação Infantil e a produção da profissionalidade. **Revista Zero-a-Seis**, Florianópolis, v. 22, n. 42, 2020.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei número 9.394, 20 de dezembro de 1996.

BUFALO, Joseane Maria Parice. **Creche: lugar de criança, lugar de infância.** Um estudo sobre as práticas educativas em um CEMEI de Campinas. 1997, 118 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo.

CAETANO, Carolina. **Onde estão os homens na educação infantil?**. [S. l.], 22 ago. 2019. Disponível em: https://papodehomem.com.br/onde-estao-os-homens-na-educacao-infantil/#disqus_thread Acesso em: 20 mar. 2024.

CARVALHO, Marília Pinto de. O fracasso escolar de meninos e meninas: articulações entre gênero e raça. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 22, 2004.

FELIPE, Jane. Afinal, que é mesmo pedófilo?. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 26, 2006.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 46, dez. 2007.



LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação** – uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

PRÓTON, Sara. **PL 1.174. 2019**: O retrocesso e a discriminação em proibir homens de trocar fraldas. [S.l.], 2019. Disponível em:

<https://saraproton.jusbrasil.com.br/noticias/771199909/pl-1174-2019-o-retrocesso-e-a-discriminacao-em-proibir-homens-de-trocar-fraldas> Acesso em: 20 mar. 2024.

SEFFNER, Fernando. Atravessamentos de gênero, sexualidade e educação: tempos difíceis e novas arenas políticas. *In*: REUNIÃO CIENTÍFICA REGIONAL DA ANPED, 2016. **Anais** [...]. UFPR, Curitiba/PR, julho, 2016.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, v. 20, n.2, 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/issue/view/3038> Acesso em: 20 mar. 2024.

TIRIBA, Léa. Educar e Cuidar ou, simplesmente, educar? Buscando a Teoria para Compreender os Discursos e as Práticas. *In*: ANPED. **Anais** [...]. Disponível em:

<https://anped.org.br/biblioteca/educar-e-cuidar-ou-simplesmente-educar-buscando-a-teoria-para-compreender-discursos-e-praticas/> Acesso em: 20 mar. 2024.

VASCONCELOS, Dalila; BORGES, Lucivanda; SALOMÃO, Nadia. O professor homem na Educação Infantil: o que pensam pais, mães e educadoras? **Revista Zero-a-Seis**, Florianópolis, v. 22, n. 42, 2020.

